



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS, TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E
INSTRUMENTOS CONGÊNERES
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D - 6º ANDAR - CEP: 70.043-900 - TELEFONE: (61) 3218-2591

PARECER REFERENCIAL n. 00005/2024/CONJUR-MAPA/CGU/AGU

NUP: 21000.008024/2024-62

INTERESSADOS: SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

**ASSUNTOS: MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL. CONVÊNIOS. CELEBRAÇÃO. PORTARIA
CONJUNTA Nº 33/2023.**

EMENTA: PROCESSO Nº 21000.008024/2024-62. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL SOB A FORMA DE PARECER. PROPOSTAS DE CONVÊNIOS FORMULADAS POR ENTES E ENTIDADES PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DISTRITAL E MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA E CONSÓRCIOS PÚBLICOS CUJA EXECUÇÃO DO OBJETO DEPENDA DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS. APLICAÇÃO RESTRITA: AOS INSTRUMENTOS CONTEMPLADOS NO REGIME SIMPLIFICADO (ART. 184-A DA LEI Nº 14.133, DE 2021) CUJO VALOR GLOBAL SEJA IGUAL OU INFERIOR A R\$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS); E, EM TODOS OS CASOS, ÀS PROPOSTAS DE CONVÊNIO EM TRÂMITE NA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA CUJO VALOR DO REPASSE DA UNIÃO NÃO DECORRA DE EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL (RP 6) OU DE BANCADA (RP 7) OU DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – NOVO PAC (RP 3), MAS SE ORIGINE NA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 20ZV DA LOA/2024. VALIDADE DESTA MJR: 31 DE JULHO DE 2025.

I - DO RELATÓRIO

1. Com o endosso do Sr. Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração, a Coordenação de Parcerias Institucionais requer a esta Consultoria Jurídica a elaboração de Parecer Jurídico Referencial por meio da Nota Técnica nº 49/2024/COORDENAÇÃO-CPI/SPOA/SE/MAPA (SEI 33643937), posteriormente complementada pela NOTA TÉCNICA Nº 50/2024/COORDENAÇÃO-CPI/SPOA/SE/MAPA.

2. De acordo com a mencionada Nota Técnica, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) recebe muitas propostas de convênio de autoria dos entes e entidades da Administração Pública Direta e Indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios, cuja execução do objeto depende da transferência voluntária de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual da União para a realização de eventos técnicos, que são compostos por itens de despesa padronizados no seio do MAPA por meio da Instrução Normativa nº 25, de 12 de julho de 2023, para apoio com verba da ação orçamentária 20ZV. Destaca-se o elevado volume de propostas de convênios com tais características por programações decorrentes ou não de emendas parlamentares impositivas (RP 6 e RP 7).

3. Sendo a síntese do necessário, passemos à análise jurídica.

II – PRELIMINARMENTE: CABIMENTO DA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

4. Segundo dispõe o § 5º do art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021, é dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

5. Nesse sentido, o Consultor-Geral da União baixou a Portaria Normativa AGU nº 5, de 31 de março de 2022, em que disciplinou a elaboração e utilização de Manifestação Jurídica Referencial (MJR).

6. De acordo com a Portaria Normativa AGU nº 5, de 2022, para a elaboração de MJR é preciso que:

(a) o órgão de execução da Consultoria-Geral da União detenha competência (art. 1º, § 1º, II);

(b) o titular da unidade consultiva aprove a MJR e ateste o atendimento dos requisitos da referida Portaria Normativa (art. 2º);

(c) a MJR promova a celeridade em processos administrativos mediante a análise jurídica padronizada de casos repetitivos representados por elevado número de processos que tratam de matéria idêntica, o que deverá ser atestado (arts. 3º, §§ 1º e 2º, I, e 4º, I, “a”);

(d) seja demonstrado que a manifestação do órgão jurídico é restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência documental (art. 3º, § 1º) e, se feita de modo individualizado, impactará negativamente na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado, circunstâncias que deverão ser atestadas (art. 3º, § 2º, II);

(e) adoção da forma de Parecer;

(f) conste o prazo de validade com informação sobre a data de exaurimento (art. 4º, III, “a”);

(g) necessidade do órgão assessorado atestar, de forma expressa e em cada processo administrativo, que o caso se amolda à aplicação deste Parecer Referencial (art. 4º, III, “b”);

(h) encaminhamento do processo ao Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas da AGU (art. 4º, III, “c”);

(i) prazo de validade limitado a dois anos (art. 6º);

(j) cientificar da MJR às áreas técnicas interessadas dos órgãos assessorados, para que deixem de submeter futuros processos à análise jurídica, ressalvados os casos em que seja necessário o assessoramento jurídico em questões subjacentes à MJR (art. 7º, § 2º); e

(k) inserção da MJR no acervo de MJRs na página da CONJUR-MAPA na intranet (art. 13, parágrafo único).

7. Na hipótese vertente, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária é legitimada para emitir a MJR, na forma de Parecer cuja aplicação será inferior a dois anos.

8. Para fins de ateste do elevado número de processos representativos de casos repetitivos que tratam de matéria idêntica, tem-se que, salvo melhor juízo, o Portal da Transparência traz 8 Convênios envolvendo a realização de eventos técnicos publicados entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024 (SPOA/MAPA):

Eventos Técnicos			
Total	R\$ 300 mil	R\$ 350 mil	+ R\$ 350 mil
8	3	1	4
100%	37,5%	12,5%	50%

9. Com esses dados é possível atestar o elevado número de propostas de convênio envolvendo a realização de eventos técnicos como causa suficiente para inflar o órgão de assessoramento jurídico de propostas de convênio que poderiam, se adotada a MJR, permanecer na área técnica do Ministério, alcançando-se a mesma finalidade da análise jurídica individualizada, sob pena de impactar negativamente na celeridade do desenvolvimento de suas atividades.

10. Portanto, a incidência da presente MJR se limita às propostas de convênio com valor global de até R\$ 350.000,00, que representaram por volta de 50% dos convênios que objetivaram a realização de eventos técnicos

publicados entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024.

11. Por igual, é possível atestar que as demandas envolvendo o objeto do convênio – realização de eventos técnicos – comportam verificação do atendimento das exigências documentais a partir de simples conferência documental, seja porque há vários normativos orientando a instrução do processo, seja porque, no ano de 2023, foram elaborados vários pareceres jurídicos sobre o tema, quando se notou que os documentos que instruíram as propostas tinham variação de teor quase nula caso a caso.

12. No que tange à aplicação desta MJR, o órgão assessorado se limitará, cumulativamente:

(a) às propostas de convênio formuladas por entes e entidades públicas da administração pública estadual, distrital e municipal direta e indireta e consórcios públicos cuja execução dependa realização de eventos técnicos e tramitem na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura e Pecuária e estejam lastreadas em recursos da Lei Orçamentária Anual da União do ano de 2024;

(b) às propostas de convênio em que o valor global, ao mesmo tempo, enquadre-se no regime simplificado (art. 184-a da lei nº 14.133, de 2021) e tenha valor igual ou inferior a R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais); e

(c) às propostas de convênio que não decorram de Emenda Parlamentar Individual (RP 6), de Emenda Parlamentar de Bancada (RP 7) ou do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC (RP 3), devendo ter por fundamento a ação orçamentária 20ZV.

III - DA REGULARIDADE FORMAL DO PROCESSO

13. Apregoa o caput do artigo 22 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

14. No entanto, a inexigência de forma predeterminada não está a significar que o ato deva ser praticado sem estar revestido das solenidades mínimas que sejam suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, como demanda o inciso IX do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº. 9.784, de 1999.

15. A propósito, o § 1º do artigo 22 da Lei nº. 9.784, de 1999, assenta que os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável, sem se falar que a Orientação Normativa-AGU nº. 2, de 1º de abril de 2009, adverte que “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento”.

16. Isto posto, nota-se que os autos do processo epigrafado são eletrônicos, não contendo máculas de ordem formal que sejam dignas de registro.

IV – DA ANÁLISE JURÍDICA PARAMETRIZADA A SER OBSERVADA

17. Como já mencionado alhures, o pressuposto basilar da MJR é que possa ser empregada pela área técnica para verificar o atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

18. Para esse desiderato, cumpre delinear nos tópicos abaixo as exigências passíveis de verificação pela área técnica, essencialmente atreladas às propostas de convênios pelo regime simplificado (Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024), mas que devem cumprir, subsidiariamente e no que couber, a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, com as alterações que sofreu por meio da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 29, de 22 de maio de 2024, sem prejuízo das especificidades das propostas de convênio oriundas de entes e entidades públicas situadas no Estado do Rio Grande do Sul, que foi recentemente assolado por evento climático extremo.

IV.I. Cabimento do convênio

19. O artigo 184 da Lei ° 14.133, de 2021, prevê que a Administração poderá celebrar convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal.
20. O regulamento citado veio com o Decreto nº 11.531, de 2023, que tratou de disciplinar os convênios relativos às transferências de recursos da União. Em seu art. 26, II, § 1º, delegou ao Ministro da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, ao Ministro da Fazenda e ao Ministro da Controladoria-Geral da União, a regulação dos convênios e contratos de repasse sujeitos ao regime simplificado e ao regime geral, isto é, com valor global superior ao do regime simplificado.
21. Foi nessa esteira que sobrevieram a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, que versou sobre o regime geral, e a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024, que versou sobre o regime simplificado.
22. Feita essa introdução, competirá à área técnica verificar a presença dos requisitos para que seja cabível a celebração dos convênios:
- (a) o cadastramento prévio e atualizado do proponente no Transferegov.br (art. 8º, § 3º, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);
 - (b) se os recursos financeiros a serem transferidos pertencem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União (art. 2º, Decreto nº 11.531, de 2023), enquadrando-se em recursos correntes ou de capital, cuja entrega a outro ente/entidade da Federação não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (art. 25, Lei Complementar nº 101, de 2000);
 - (c) não enquadramento na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 4, de 9 de maio de 2024, que alterou os prazos de vigência de convênios celebrados com entes e entidades públicas situados no Estado do Rio Grande do Sul, havendo também suspenso a contagem de todos os prazos desses instrumentos, inclusive para atendimento das cláusulas suspensivas e para vistorias in loco para desbloqueio e pagamento para a continuidade da execução das obras e dos serviços de engenharia;
 - (d) que a área técnica ateste que a proposta de convênio visa a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração;
 - (e) o valor de repasse mínimo da União seja de R\$ 200.000,00 (art. 10, II, Decreto nº 11.531, de 2023, e art. 108 da LDO/2024), admitindo-se para se alcançar esse valor mínimo o estabelecimento de consórcio e o cômputo dos custos relativos às tarifas de serviços dos apoiadores técnicos que compõem o valor da transferência da União (art. 3º, §§ e 2º 1º, Portaria Conjunta nº 28, de 2024). Esse apontamento igualmente é válido para instrumentos lastreados em recursos de emendas parlamentares, nos termos da Orientação Normativa AGU nº 77, de 2023; e
 - (f) não incidência nos casos elencados nos incisos do caput art. 2º da Portaria Conjunta nº 28, de 2024;
23. Diante dos inúmeros convênios celebrados pelo MAPA ao longo dos últimos anos, é de se presumir que esse Ministério dispõe de estrutura física e equipe técnica adequadas para os fins aludidos nos incisos do art. 4º da Portaria Conjunta nº 33, de 2023.

IV.II. Partícipes e Intervenientes do convênio e seus representantes

24. Primeiramente, o MAPA será tido como Concedente nos convênios que visarem a realização de eventos técnicos, nos moldes do art. 2º, IV, do Decreto nº 11.531, de 2023.
25. Por seu turno, a condição de proponente e futuro conveniente, para efeito do inciso IV do art. 2º do Decreto nº 11.531, de 2023, e do inciso VI do art. 10 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023, já foi esclarecida em outro trecho desta MJR para conferência do órgão assessorado.
26. Nada obstante, cabe orientar a área técnica a:
- (a) observar a ordem de classificação de eventual chamamento público realizado para a celebração dos convênios;
 - (b) esclarecer:
 - (bI) as diretrizes de seleção das áreas de intervenção e dos beneficiários finais do convênio, que deverão estar baseadas em situações de vulnerabilidade econômica e social (art. 12, V, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(b2) quais foram os critérios para aferição da qualificação técnica e da capacidade gerencial do proponente para executar o programa do Concedente cadastrado no Transferegov.br para execução de forma descentralizada (art. 16, § 2º, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(b3) se foram considerados os critérios de prioridade descritos nos incisos I, II e III do § 3º do art. 16 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023, no arts. 92, § 6º, da LDO/2024, tanto para se eleger o beneficiário da transferência voluntária como para a alocação de certo volume de recursos em seu favor;

(b4) se o crédito orçamentário que ampara a transferência voluntária da proposta não identifica nominalmente a localidade beneficiada ou se é destinado genericamente a Estado, demonstrar que os critérios para distribuir os recursos à dita proposta: tenham sido divulgados no sítio eletrônico do MAPA; e levam em conta os indicadores socioeconômicos da população beneficiada pela política pública (art. 95, LDO/2024); e

(b5) se a proposta de convênio em consideração está alinhada ao planejamento estratégico do MAPA;

(c) não celebrar instrumentos nas situações descritas nos incisos II a XII do art. 13 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023;

(d) dar preferência às transferências voluntárias para Estados, DF e Municípios cujas ações sejam desenvolvidas via consórcios públicos (art. 15, Portaria Conjunta nº 33, de 2023, e art. 99 da LDO/2024); e

(e) se os recursos objeto do repasse provierem de emendas de comissões (RP 8), seja seguida a indicação de beneficiários segundo o art. 38 da Portaria Conjunta MF/MPO/MGI/SRI-PR nº1, de 1º de abril de 2024.

27. Também poderá firmar o convênio o Interveniante, contanto que o proponente seja órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou, ainda, entidade privada, que participe do instrumento para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio (art. 10, IX, Portaria Conjunta nº 33, de 2023).

28. Outra figura que poderá fazer as vezes do Conveniente ou interveniente é o Consórcio Público, havendo a necessidade de a área técnica verificar:

(a) se o consórcio é formado exclusivamente por entes da federação, tem personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, integrante da administração indireta de todos os entes da Federação consorciados; ou de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil (art. 10, X, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(b) se o consórcio apresentou cópia do contrato de sua constituição e do protocolo de intenções, sendo necessário que esse protocolo de intenções preveja (art. 4º, III, IV, V e VI, Lei nº 11.107, de 2005):

(b1) a área de atuação do consórcio coincidente com os locais de execução da proposta de convênio;

(b2) se o consórcio é associação pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos;

(b3) se o objeto da parceria é assunto de interesse comum que autorize o consórcio público a representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo; e

(b4) a forma de eleição e a duração do mandato do representante legal do consórcio público que, obrigatoriamente, deverá ser Chefe do Poder Executivo de ente da Federação consorciado, também sendo relevante pedir a ata ou outro documento oficial que indique a validade do mandato desse representante legal na data da celebração do convênio; e

(c) se o consórcio público apresentou cópia do seu estatuto vigente (art. 7º, Lei nº 11.107, de 2005).

29. Por seu turno, poderá assumir a qualidade de partícipe do convênio a Unidade Executora, contanto que:

(a) seja órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, inclusive consórcio público de direito público (art. 10, VIII, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(b) assuma a responsabilidade pela execução do objeto pactuado, a critério do conveniente, desde que aprovado previamente pelo Concedente (art. 10, VIII, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(c) o conveniente seja entidade ou órgão público, inclusive consórcios públicos de direito público ao qual pertença ou esteja vinculada a Unidade Executora (art. 36, III, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(d) haja previsão da atuação da Unidade Executora no Plano de Trabalho e no termo de convênio (art. 36, I e II, Portaria Conjunta nº 33, de 2023); e

(e) cumpra os requisitos dos incisos do *caput* art. 29 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023.

30. Malgrado não subscreverem o termo do convênio, os prestadores de serviços podem ser contratados pelo Concedente para atuarem como apoiadores técnicos (art. 4º, §§ 1º, II, 2º e 4º, Portaria Conjunta nº 33, de 2023) na verificação de peças técnicas e documentais, acompanhamento da execução e avaliação da prestação de contas final dos convênios, desde que essa atuação:

(a) fique restrita às atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias, nos moldes do Decreto nº 9.507, de 2018; e

(b) não transborde o § 2º do art. 11 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023, e não sejam os apoiadores técnicos responsáveis pela decisão de aprovação ou reprovação do plano de trabalho, da prestação de contas final e da instauração da tomada de contas especial, que são exclusivas dos órgãos ou entidades concedentes (art. 4º, § 3º, Portaria Conjunta nº 28, de 2024).

31. No que pertine à legitimidade para celebrar o instrumento, observada, se for o caso, a forma recomendada pelo § 3º, do art. 9º da Portaria Conjunta nº 33, de 2023, cumpre destacar que:

(a) pelo MAPA, o Sr. Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração desfruta da delegação de competência, nos moldes do art. 1º da Portaria MAPA nº 609, de 23 de agosto de 2023, sem que seja necessária a prévia autorização da Secretaria-Executiva por força do art. 3º da Portaria MAPA nº 671, de 8 de abril de 2024;

(b) pelo Conveniente, assinará:

(b1) o(a) Governador(a) do Estado ou o Prefeito(a) Municipal representando o ente federado, cabendo apresentar a cópia da cédula de identidade, CPF e diploma expedido pela Justiça Eleitoral;

(b2) o dirigente da entidade da Administração Indireta ou o titular do órgão da Administração Direta (art. 38, § 3º, Portaria Conjunta nº 33, de 2023), apenas cabendo o ente federado figurar como Interveniente, apresentado a documentação prevista na alínea “b1” supra, se o conveniente não tiver competência para firmar o instrumento, conforme normas locais. Esse dirigente ou titular apresentará: cópia da cédula de identidade, CPF, ato de nomeação publicado no diário oficial ou ata de eleição da diretoria da empresa pública, respeitado o art. 13, IX, § 2º, da Portaria Conjunta nº 33, de 2023; e

(b3) o representante legal da Unidade Executora, se houver, que providenciará cópia da cédula de identidade, CPF, ato de nomeação publicado no diário oficial ou ata de eleição da diretoria da empresa pública (art. 38, § 1º, Portaria Conjunta nº 33, de 2023).

IV.III. Particularidades relativas ao objeto do convênio

32. O art. 3º da Portaria Conjunta nº 33, de 2023, orienta aos gestores do Concedente que busquem a padronização dos objetos, com vistas à agilização de procedimentos e racionalização na utilização dos recursos.

33. Nesse espírito, foi baixada no seio do Ministério da Agricultura e Pecuária a Instrução Normativa MAPA nº 25, de 12 de julho de 2023, que se ocupou de “definir produtos e serviços preferencialmente apoiados por meio da ação orçamentária 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário, mediante transferências de recursos da União, em conformidade com os programas e projetos do Ministério da Agricultura e Pecuária “.

34. De efeito, para a finalidade de apoio mediante o recebimento de transferência voluntária, as alíneas “a” até “v” do subitem 2.1. do Anexo da IN MAPA nº 25, de 2023, estipularam os itens que compõem os eventos técnicos e que podem ser apoiados com recursos da ação orçamentária 20ZV.

35. Assim, esta MJR merecerá aplicação se a execução do objeto do convênio depender da realização de eventos técnicos que possam representar as alíneas “a” até “v” do subitem 2.1. do Anexo da Instrução Normativa MAPA nº 25, de 2023, sendo ainda preciso considerar o seguinte:

(a) quanto aos serviços de locação, os objetos elegíveis são aqueles descritos nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “j”, “k”, “m”, “n”, “o”, “r”, “s” e “u” do subitem 2.1. do Anexo da IN MAPA nº 25, de 2023;

(b) quanto aos serviços de fornecimento de mão de obra necessários à realização dos eventos técnicos, as funções elegíveis são aquelas descritas nas alíneas “a”, “l”, “n”, “q” e “v” do subitem 2.1. do Anexo da IN MAPA nº 25, de 2023;

(c) quanto aos itens de despesa que serão confeccionados e fornecidos aos participantes do evento, são elegíveis aqueles listados nas alíneas “h” e “i” do subitem 2.1. do Anexo da IN MAPA nº 25, de 2023;

(d) quanto aos itens de despesa relacionados aos serviços de alimentação, apenas poderão ser beneficiados os indivíduos enumerados na alínea “p” do subitem 2.1. do Anexo da IN MAPA nº 25, de 2023; e

(e) quanto aos itens de despesa alusivos a honorários, diárias e passagens, somente poderão ser beneficiados os indivíduos citados na alínea “v” do subitem 2.1. do Anexo da IN MAPA nº 25, de 2023

36. Diga-se que E. TCU proferiu o v. acórdão/Plenário nº 1556/2023, em orientou o MAPA, quando da aprovação da proposta do instrumento de repasse, a:

(a) em seu planejamento estratégico, contemplar as compras de máquinas, de implementos agrícolas e de patrulha mecanizada, suportadas com recursos orçamentários do Mapa;

(b) prevenir a incompatibilidade técnica desses bens com o perfil e as prioridades dos municípios beneficiados, fazendo o devido balizamento da existência de restrições técnicas que impossibilitem a implementação das compras nos exatos termos especificados nas emendas parlamentares; e

(c) evitar a celebração de convênios junto aos Estados sem a definição prévia, no plano de trabalho, inclusive nos campos correspondentes da plataforma informatizada de gestão dos convênios, do local de aplicação dos recursos conveniados, da discriminação dos bens para cada município beneficiado, bem como as eventuais alterações dessas localidades, sem formalização prévia nos ajustes aos planos de trabalho.

37. Embora esse v. acórdão tenha sido dirigido a convênios destinados à aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, é de recomendável acolher suas diretrizes para as propostas envolvendo a realização de eventos técnicos, para que a área técnica:

(a) esclareça se a realização de eventos técnicos consta do planejamento estratégico do MAPA para ser custeado com seus recursos orçamentários;

(b) acolha a cláusula da minuta de convênio anexa que visa mitigar o risco identificado na alínea “c” do parágrafo anterior, bem como, se for o caso de instrumento celebrado com a Administração Pública Estadual ou Distrital, verifique se o Plano de Trabalho correlaciona os bens e o Município que os receberá para que use no respectivo território;

(c) no termo de referência apresentado pela proponente, seja inadmitida a adoção do sistema de registro de preços para os serviços necessários à realização dos eventos (TCU-Acórdão/Plenário nº 1712/2015);

(d) no plano de trabalho, seja estabelecido que a proponente irá se comprometer a demonstrar que os valores porventura arrecadados com a cobrança de ingressos ou venda de bens e serviços produzidos ou fornecidos no âmbito do convênio foram revertidos para a consecução do objeto ou recolhidos à conta do Tesouro Nacional (TCU-Acórdão/Plenário nº 2881/2017);

(e) ao analisar o Plano de Trabalho, verificar se o evento será realizado com a antecedência necessária à adequada liberação dos recursos para a operacionalização do ajuste (TCU-Acórdão/2ª Câmara nº 9431/2020), devendo ser evitada a transferência de recursos em data posterior à execução do evento (TCU-Acórdão/1ª Câmara nº 7307/2013);

(f) verificar se a temática do evento se relaciona a alguma política pública do MAPA que seja direcionada a pequenos e médios produtores agropecuários (item 2 do Anexo da Instrução Normativa MAPA nº 25, de 2023); e

(g) ao analisar o Plano de Trabalho, no caso de curso de capacitação:

(g1) especificar (por curso) o custo unitário, o público-alvo, o número de vagas oferecidas, a carga horária, o local, com endereço completo, e o período de realização (TCU- Acórdão/1ª Câmara nº 18182/2021); e

(g2) prever a necessidade de apresentação do currículo dos instrutores (TCU-Acórdão/3069/2022) e de lista de frequência dos participantes que se enquadrem na condição de treinados (TCU-Acórdão/1ª Câmara nº 6094/2020).

38. Chama a atenção o fato do art. 69 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023, ao reprisar a Lei nº 9.504, de 1997, vedar a liberação de recursos para a conta específica dos instrumentos nos 3 meses anteriores ao pleito eleitoral, salvo se os recursos se destinem a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento, cuja execução física tenha sido iniciada antes do período de defeso eleitoral e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

39. Embora a minuta do termo de convênio traga essas ressalvas, é oportuno endereçar as seguintes orientações à área técnica, para que considere na apreciação do Plano de Trabalho:

(a) que o trimestre de vedação de liberação de recursos de repasse vai de 6 de julho de 2024 até a realização das eleições, podendo se estender à data da realização de votação em segundo turno nos Municípios onde houver;

(b) a exceção de repasse no trimestre inicialmente vedado, consistente na utilização dos recursos para cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento:

(b1) não se aplicará se a execução do convênio envolver uma compra (TCU-Acórdão/Plenário nº 2140/2006);

(b2) se for serviço, cabe demonstrar que o início desse serviço conte com alguma execução física, não se caracterizando para tanto os atos meramente preparatórios, como os serviços de mobilização de equipamentos e de instalação e arrumação do canteiro de obras (TCU/Plenário – Acórdão nº 954/2008);

(c) a exceção de repasse no trimestre inicialmente vedado, verificável nas situações de emergência e de calamidade pública declaradas pelos partícipes (Lei nº 12.608, de 2012), dependerá da permanência dessas situações válidas para o local da execução do convênio no momento da transferência voluntária dos recursos (Nota Jurídica n. 00002/2024/CNDE/CGU/AGU – Câmara Nacional de Direito Eleitoral);

(d) não possibilitar a realização de publicidade institucional interposta (art. 73, VI, “b”, da Lei nº 9.504, de 1997) por órgãos federais no ano das eleições municipais em favor de quaisquer Municípios (Nota Jurídica n. 00002/2024/CNDE/CGU/AGU – Câmara Nacional de Direito Eleitoral); e

(e) se estiver prevista a doação dos bens adquiridos com os recursos do convênio:

(e1) as doações e cessões de bens adquiridos com o valor do repasse federal no convênio junto ao Estado do RS e Municípios (somente para os alcançados pela declaração de calamidade pública ou de situação de emergência) durante o período do defeso eleitoral devem ser destinadas ao atendimento do estado de calamidade pública e da situação de emergência em curso (Nota Jurídica n. 00002/2024/CNDE/CGU/AGU – Câmara Nacional de Direito Eleitoral);

(e2) no ano da eleição é vedada a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios porventura adquiridos com os recursos do convênio a particulares, salvo nos casos de calamidade pública, de estado de emergência (os particulares devem residir nos Municípios em que foi declarada a calamidade pública ou a situação de emergência vigentes na data da doação) ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior (art. 73, § 10, Lei nº 9.504, de 1997); e

(f) nos termos do Parecer AGU AC-12, a vedação incidente nos três meses que antecedem a eleição atinge apenas a transferência efetiva dos recursos, não impedindo a celebração do convênio em tal trimestre.

IV.IV. Instrução documental

40. De início, os entes/entidades públicas interessados em celebrar o convênio apresentarão a proposta de trabalho (para posterior complementação de dados e informações necessárias à composição do plano de trabalho) ou o plano de trabalho na forma integral, segundo o Concedente optar por receber na ocasião do cadastramento dos programas (art. 16, § 5º, I e II, Portaria Conjunta nº 33, de 2023).

41. No caso da proposta de trabalho, antes de sua aceitação (art. 19, I, da Portaria Conjunta nº 33, de 2023), é preciso que a área técnica:

(a) aprecie se dela se extrai a funcionalidade e fruição do objeto do convênio a ser executado (art. 10, XL e XLI, Portaria Conjunta nº 33, de 2023); e

(b) verifique se o seu teor contempla os aspectos descritos nos incisos I, II, “a” a “e”, III, “a”, “b”, “c”, IV e V, do *caput* do art. 18 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023, e, estando tudo nos conformes, a encaminhe para aceitação, nos termos do art. 19, I, da Portaria Conjunta nº 33, de 2023.

42. Sobre o Plano de Trabalho, bom dizer que é peça que integrará o instrumento convenial, independentemente de transcrição, em que:

(a) serão evidenciados os partícipes e seus representantes, o detalhamento do objeto, a justificativa, os cronogramas físico e financeiro e o plano de aplicação das despesas (art. 10, XVI, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(b) deverá ser aprovado por servidor indicado pela SPOA/MAPA, no exercício da competência que lhe foi afetada pela Portaria MAPA nº 609, de 23 de agosto de 2023;

(c) estarão presentes os elementos enumerados nos incisos I a VI do *caput* do art. 20 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023;

(d) o cronograma de desembolso esteja em consonância com as metas e etapas de execução do objeto (art. 20, parágrafo único, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(e) a execução das metas/etapas caiba no prazo de vigência do convênio, orientando-se que, haja vista a inexistência de fixação de prazo máximo na Portaria Conjunta nº 28, de 2024, e diante da impossibilidade de haver prazo de duração indeterminado (Parecer n. 00003/2024/CNCIC/CGU/AGU), seja observado o prazo máximo de vigência de 36 meses, salvo se houver a estipulação de cláusula suspensiva nos termos do art. 93, § 1º, da Lei nº 14.791, de 2023, quando a vigência não poderá exceder 48 meses;

(f) não serão elegíveis as despesas mencionadas nos incisos I a VII do parágrafo único do art. 21 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023;

(g) se for o caso de subconvenimento, assegurar que: não configure a descentralização total da execução; e contemple os entes/entidades mencionados nos incisos I e II do § 1º do art. 45 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023, e as obrigações espelhadas nos §§ 1º a 3º do mesmo art. 45;

(h) quanto à liberação das parcelas previstas no cronograma de desembolso, a transferência preferencialmente será feita em parcela única (arts. 4º, VII, e 11, Portaria Conjunta nº 28, de 2024);

(i) será acompanhado por declaração do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ou órgão municipal correspondente, na qual se justificará a necessidade do objeto proposto (art. 3º, § 1º, Instrução Normativa MAPA nº 25, de 2023);

(j) se a operacionalização da execução do projeto (as atividades e fiscalização) for exercida diretamente pelo MAPA, do valor total a ser transferido poderá deduzida a importância de até 4,5% para custeio dos serviços dessa operacionalização (art. 102, LDO/2024).

43. Relativamente às despesas necessárias para execução do objeto, é preciso que sejam compatíveis com o valor de mercado da região de execução do objeto (art. 21, Portaria Conjunta nº 33, de 2023), cabendo ter em mente na análise do Plano de Trabalho se o conveniente apresentou junto com o Plano de Trabalho:

(a) cotações que sejam convergentes com a orçamentação do Termo de Referência, nos convênios sem cláusula suspensiva; e

(b) havendo cláusula suspensiva de apresentação posterior do Termo de Referência, uma cotação preliminar simplificada seguindo as diretrizes básicas da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de junho de 2021, não se descartando posterior ajuste do Plano de Trabalho se não houver convergência de preços com o Termo de Referência futuramente apresentado.

44. Haja vista que para o alcance do objeto do convênio será preciso a realização de eventos técnicos, é indispensável que o proponente apresente (salvo se incidente a hipótese descrita no § 1º do art. 24 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023), antes da celebração do instrumento ou depois (cláusula suspensiva), um termo de referência, que:

(a) contenha todos os elementos elencados no art. 10, XXV, alíneas “a” a “j”, da Portaria Conjunta nº 33, de 2023; e

(b) a análise e o aceite do termo de referência e do resultado da licitação não poderão ser exigidos para o início da execução do objeto (art. 11, § 2º, Portaria Conjunta nº 28, de 2024).

45. Para a celebração dos convênios, previamente os proponentes apresentarão, salvo se houver cláusula suspensiva:

(a) a comprovação da dominialidade do imóvel, ressalvados os casos em que a responsabilidade por eventual desapropriação for delegada ao contratado (art. 7º, I, “b”, da Portaria Conjunta nº 28, de 2024), observando-se que:

(a1) são meios alternativos de comprovação da dominialidade aqueles mencionados no art. 26, I, III, § 1º, § 6º, I a III, § 7º, da Portaria Conjunta nº 33, de 2023; e

(a2) essa exigência só é válida se estiver em sintonia com o § 8º do art. 26 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023;

(b) a comprovação da manifestação prévia do órgão ambiental competente ou licença prévia, comprovante de dispensa do licenciamento ambiental ou declaração de que a responsabilidade pela obtenção do

licenciamento ambiental será delegada ao contratado nos termos do art. 25, § 5º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, salvo nos casos em que ficar comprovada a desnecessidade de apresentação do referido documento (art. 7º, II, “b”, Portaria Conjunta nº 28, de 2024); e

(c) declaração sobre a sustentabilidade do objeto (art. 7º, I, “d”, Portaria Conjunta nº 28, de 2024).

46. É absolutamente necessário que, antes da celebração do convênio, o proponente apresente as peças listadas nos incisos do caput do art. 29 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023, cabendo observar que:

(a) se o proponente for consórcio público, as exigências de regularidade serão: aferidas pelo CNPJ ativo do próprio consórcio envolvido e não dos entes federativos nele consorciados (art. 15, Portaria Conjunta nº 33, de 2023); e afetas aos incisos I a VII do art. 2º da Portaria STN nº 4, de 2 de janeiro de 2020;

(b) o Concedente fará a conferência das peças no momento da assinatura do convênio (art. 93, § 2º, LDO/2024), para ver se estão cumpridos os requisitos espelhados no caput do art. 29 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023;

(c) a verificação da regularidade considerará a inscrição ativa do proponente e sua eventual unidade executora no CNPJ, na condição de estabelecimento matriz (art. 29, §§ 2º e 3º, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(d) se o beneficiário/Proponente da transferência voluntária for órgão da administração direta, a verificação dos requisitos se fará pelos números de inscrição ativa no CNPJ do órgão proponente e do ente da federação ao qual pertença (art. 29, § 4º, I, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(e) se o beneficiário/Proponente for ente da federação, a consulta/verificação se fará pelo seu número do CNPJ ativo;

(f) se o beneficiário/Proponente for entidade da administração indireta, a consulta/verificação se fará pelo seu número de CNPJ ativo e ficará restrita aos requisitos enumerados nos incisos I, II, III, IV, V e VI do caput do art. 29 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023;

(g) o Concedente haverá de consultar o Transferegov.br para constatar eventuais registros de inadimplência impeditivos da celebração do convênio, nos termos do § 8º, I e II, do art. 29 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023;

(h) o Concedente poderá verificar no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais – CAUC, ou sistema que vier a substituí-lo, o cumprimento dos requisitos nele apresentados (art. 29, § 9º, Portaria Conjunta nº 33, de 2023), nos moldes da Instrução Normativa STN nº 3, de 7 de janeiro de 2021;

(i) o objeto do convênio não dispensa o cumprimento dos requisitos do caput do art. 29 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023, sob o fundamento do art. 25, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, e do art. 26 da Lei nº 10.522, de 2002;

(j) os inadimplementos no Cadin e no SIAFI do proponente que execute ações em faixa de fronteira só poderão ser relevados se o mesmo proponente cumprir os incisos II, XVIII e XXXI do caput do art. 29 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023;

(k) como foi rejeitado pelo Congresso Nacional o veto presidencial ao § 4º do art. 93 da Lei nº 14.791, de 2023, os proponentes (Municípios com até 50 mil habitantes) deverão atender, no mínimo, aos requisitos dos II, XVIII e XXXI do caput do art. 29 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023, nos termos da Orientação Normativa AGU nº 81, de 2024; e

(l) se o Município tiver sido atingido por calamidade pública reconhecida pelo Governo Federal no momento da celebração do convênio (art. 6º, III, parágrafo único, I, da Lei nº 10.522, de 2002), descabe exigir que comprove o requisito do inciso V do caput art. 29 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

47. Em matéria financeira e orçamentária, antes da celebração do instrumento cumprirá à área técnica verificar:

(a) se há dotação orçamentária suficiente do valor do repasse da União/MAPA, bem como a expedição da Nota de Empenho desse valor (art. 30, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(b) se o convênio será assinado no mesmo ano em que expedida a Nota de Empenho, sob pena de rejeição da proposta (art. 31, parágrafo único, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(c) se, em relação aos itens de despesa descritos no Plano de Trabalho, a Nota de Empenho reflete corretamente a categoria de programação, a esfera orçamentária, o Grupo de Natureza de Despesa (GND), o identificador de resultado primário (RP), a modalidade de aplicação de uso (IU) e a fonte de recursos (art. 7º, Lei nº 14.791, de 2023 – LDO/2024);

(d) se a despesa representar investimento (GND 4) cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, sua iniciação dependerá de prévia inclusão no plano plurianual, ou em lei que autorize a inclusão (art. 167, § 1º, Constituição Federal);

(e) quanto à contrapartida:

(e1) se é financeira e foi calculada sobre o valor global do objeto segundo os percentuais e condições da LDO/2024, cabendo aplicação, se for o caso, da alteração dos limites de percentuais se cumprida a Instrução Normativa MAPA nº 26, de 29 de fevereiro de 2024;

(e2) o seu aporte, via previsão na Lei Orçamentária Anual do proponente, será comprovado antes da celebração do convênio (arts. 32, § 2º, e 33, V, da Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(e3) embora possa ser dispensada nos convênios pelo regime simplificado (art. 1º, § 3º, Portaria Conjunta nº 28, de 2024), recomenda-se que seja aportada pelo proponente;

(f) no caso do objeto da proposta ser voltado para a execução de projetos de investimento em infraestrutura, se o proponente gerou o identificador único no Transferegov.br (art. 33, VIII, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(g) se a transferência voluntária incide na vedação de remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (art. 167, X, da Constituição Federal);

(h) há impossibilidade de: empenhar despesa com modalidade de aplicação “a definir” (art. 7º, § 8º, LDO/2024); e o plano de trabalho contemplar, em regra, as despesas vedadas pelos incisos do art. 18 da LDO/2024; e

(i) se o convênio envolver a realização de despesa de capital, os proponentes comprovarão possuir condições orçamentárias para arcar com as despesas decorrentes da transferência voluntária e os meios que garantam o pleno funcionamento do objeto (art. 92, § 2º, LDO/2024).

48. Impende destacar que a emissão de parecer de viabilidade técnica (art. 37, Portaria Conjunta nº 33, de 2023):

(a) caberá ao(s) servidor(es) designado(s) em Portaria da SPOA;

(b) justificará se a titularidade dos bens remanescentes será do Conveniente (art. 35, § 2º, Portaria Conjunta nº 33, de 2023);

(c) reconhecerá a compatibilidade dos objetos apresentados pelos proponentes com as diretrizes das ações do MAPA, e com os bens e objetos constantes das alíneas “a” até “v” do subitem 2.1. do Anexo da IN MAPA nº 25, de 2023; e

(d) certificará a imprescindibilidade das aquisições e prestações de serviços previstas no Plano de Trabalho para o alcance da implementação da política pública implementada pelo MAPA (art. 3º, § 5º, Instrução Normativa MAPA nº 25, de 2023).

IV.V. Cláusulas necessárias ao convênio

49. Nos termos do inciso VII do art. 33 da Portaria Conjunta nº 33, de 2023, a celebração do convênio será precedida da elaboração de parecer jurídico, que poderá ser parecer referencial se for utilizada minuta-padrão do instrumento aprovada pela AGU, o que se alinha à Portaria SE/MAPA nº 57, de 2014.

50. Para o objeto convênio que seja alcançado via realização de evento técnico, procurou-se adaptar a minuta de termo de convênio padronizada pela AGU (sem obras ou serviços de engenharia) às recentes alterações promovidas na Portaria Conjunta nº 33, de 2023, pela Portaria Conjunta nº 29, de 2024, e ao regime simplificado trazido pela Portaria Conjunta nº 28, de 2024.

51. Nesse horizonte, orienta-se o órgão assessorado a observar a minuta de termo de convênio (sem obras e serviços de engenharia) adaptada que segue anexa a esta MJR, promovendo-se a sua substituição quando a AGU aprovar a minuta de termo de convênio para o regime simplificado (sem obras e serviços de engenharia).

52. Oportuno frisar que a minuta que segue anexa a esta MJR considera em seu texto a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados, na esteira do Parecer n. 00001/2021/CNCIC/CGU/AGU.

53. Diga-se que, na minuta de termo de convênio para o regime simplificado anexa, faz-se necessário que a área técnica preencha a cláusula com os parâmetros objetivos que servirão de referência para avaliação do cumprimento do objeto (art. 10, II, Portaria Conjunta nº 28, de 2024).

54. Por derradeiro, diante da solicitação do órgão assessorado contida no processo nº 21000.024328/2024-77, foi elaborada a Nota n. 00206/2024/CONJUR-MAPA/CGU/AGU, em que se concluiu que, pela motivação externada pela área técnica, a criação de nova rotina no fluxo de execução das parcerias proporcionará um acompanhamento mais próximo de momento crucial ao êxito dessas parcerias, que é justamente aquele em que a entidade pública ou privada recebe o bem adquirido para começar a desenvolver as etapas do plano de trabalho ou julga que preencheu uma série de requisitos técnicos para iniciar a obra ou o serviço de engenharia.

55. Sendo assim, propôs-se na minuta de termo de convênio anexada a inserção de subcláusula que possibilita, mediante a concordância de ambos os partícipes (art. 184-A, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021), a assinatura, pelo Concedente e pelo Conveniente, de termo de registro de entrega de bens necessários à realização do evento técnico.

V - DA CONCLUSÃO

56. Face ao exposto, com fulcro na Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 2022, e preservados os critérios de oportunidade e conveniência inerentes à atuação do gestor público, opina-se pela adoção deste Parecer Jurídico Referencial, válido até 31 de julho de 2025, na intenção de que a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura e Pecuária deixe de submeter futuros processos à análise jurídica, quando, cumulativamente:

(a) as propostas de convênio:

(a1) objetivarem a realização de eventos técnicos, tramitem na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura e Pecuária e estejam lastreadas em recursos da Lei Orçamentária Anual da União do ano de 2024;

(a2) forem apresentadas por entes e entidades públicas da administração pública estadual, distrital e municipal direta e indireta e consórcios públicos;

(a3) cujo valor global, ao mesmo tempo, enquadre-se no regime simplificado (art. 184-A da Lei nº 14.133, de 2021) e tenha valor igual ou inferior a R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais); e

(a4) que não decorram de Emenda Parlamentar Individual (RP 6), de Emenda Parlamentar de Bancada (RP 7) ou do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC (RP 3), devendo ter por fundamento a ação orçamentária 20ZV, observado(s) o(s) parágrafo(s) 12 deste Parecer Referencial;

(b) o servidor designado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura e Pecuária ateste, de forma expressa e em cada processo administrativo, que o caso se amolda à aplicação deste Parecer Referencial (art. 4º, III, “b”, da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 2022);

(c) seja verificado o cabimento da proposta de convênio segundo a presença dos requisitos postos no(s) parágrafo(s) 22 deste Parecer Referencial;

(d) atenda às recomendações pertinentes aos partícipes, consórcios públicos, intervenientes, unidades executoras e seus representantes legais, na forma elencada no(s) parágrafo(s) 26, 27, 28, 29, 30 e 31 deste Parecer Referencial;

(e) o Concedente fique atento as medidas recomendadas no(s) parágrafo(s) 37 deste Parecer Referencial;

(f) na análise da proposta ou do Plano de Trabalho sejam respeitadas as restrições pertinentes ao período eleitoral, nos termos do(s) parágrafo(s) 39 deste Parecer Referencial;

(g) a proposta de trabalho seja analisada e aceita, conforme recomendado no(s) parágrafo(s) 41 deste Parecer Referencial;

(h) o Plano de Trabalho seja analisado e aprovado, na esteira do(s) parágrafo(s) 42, 43 deste Parecer Referencial;

(i) o termo de referência atente para as recomendações elencadas no(s) parágrafo(s) 44 deste Parecer Referencial;

(j) salvo se houver cláusula suspensiva, forem aceitas pelo Concedente para a celebração de convênio as peças elencadas no(s) parágrafo(s) 45 deste Parecer Referencial;

(k) estiverem presentes os requisitos enumerados nos incisos do *caput* do art. 29 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, no momento da celebração do convênio, com as orientações e ressalvas do(s) parágrafo(s)

46 deste Parecer Referencial;

(l) houver o atendimento das normas financeiras e orçamentárias, como delineado no(s) parágrafo(s) 47 deste Parecer Referencial;

(m) no Parecer de Viabilidade Técnica, seja também dedicada análise aos pontos suscitados no(s) parágrafo(s) 35 e 48 do presente Parecer Referencial; e

(n) houver a adoção da minuta de convênio anexa a este Parecer Referencial, com as observações contidas no(s) parágrafo(s) 51 e 53 do mesmo Parecer Referencial.

57. No ensejo, submeto o feito à consideração do D. Coordenador-Geral de Licitações, Contratos, Convênios e Assuntos Internacionais, a fim de que, se aprovado este Parecer Referencial, os autos sejam remetidos ao D. Consultor Jurídico junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária para avaliar a adoção das seguintes providências:

(a) aprovação deste Parecer Referencial;

(b) encaminhamento do processo ao Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas (art. 4º, III, “c”, da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 2022);

(c) quanto ao teor deste Parecer Referencial, cientificar as áreas técnicas interessadas no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária, para que deixem de submeter futuros processos à análise jurídica, ressalvados os casos em que seja necessário o assessoramento jurídico em questões subjacentes à MJR (art. 7º, § 2º, da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 2022); e

(d) inserir o Parecer Referencial no acervo de MJRs hospedado na página da CONJUR-MAPA na intranet (art. 13, parágrafo único, Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 2022).

À consideração superior.

Brasília-DF, 13 de junho de 2024

FLÁVIO ALVES DE REZENDE
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 21000008024202462 e da chave de acesso b5e28466



Documento assinado eletronicamente por FLAVIO ALVES DE REZENDE, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1419362149 e chave de acesso b5e28466 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FLAVIO ALVES DE REZENDE, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 13-06-2024 17:54. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.
